

Editorial

ECONOMIA

Arrojo e responsabilidade

OS INSISTENTES AVISOS, por integrantes do governo, de que o Brasil deve ingressar numa "nova era" na condução da política econômica expressam um sentimento e impõem um desafio ao presidente Lula. O sentimento é de exaustão com o modelo de controle inflacionário identificado até aqui, tido como o responsável pelo modesto crescimento durante o primeiro mandato. Esse diagnóstico inclui alguns ministros, a oposição e o setor produtivo. O desafio é justamente exigir que, a partir de agora, o governo apresente ao país um projeto real de desenvolvimento para os próximos anos, sem o qual continuaremos aquém das principais nações emergentes.

O governador eleito de São Paulo, José Serra, também emitiu sinais na mesma direção. Conforme ressaltou no primeiro pronunciamento depois das eleições, o Brasil exibiu, nos últimos 25 anos, uma economia semi-estagnada — com baixo crescimento e elevado desemprego.

A discussão é bem-vinda, mas qualquer debate sobre eventual mudança de rumos num terreno pantanoso por natureza precisa ser posto à mesa com prudência. O risco é imergir na falsa dicotomia entre inflação e crescimento, responsabilidade fiscal e desenvolvimento. Se mal conduzido, o debate de definições políticas pode levar o país a acreditar em soluções mágicas.

É compreensível que, terminada a festa da reeleição, os ecos em defesa do maior crescimento ganhem maior amplidão. Um dos triunfos do presidente Lula, insista-se, foi o aprofundamento dos alicerces da política econômica do governo anterior. O país aprendeu que voluntarismos na economia provocam efeitos desastrosos tanto no bolso quanto nas urnas.

Combinado com o maior rigor das contas públicas, o sistema de metas de inflação, posto em prática desde 1999, trouxe enormes benefícios. Multidões de brasileiros, eletores ou não, puderam usufruir de baixa inflação.

Os ganhos daí decorrentes significaram alimentos mais baratos, maior disponibilidade de crédito, implementação de programas de transferência de renda mais agressivos e, principalmente, previsibilidade para os orçamentos públicos e privados.

A luta antiinflacionária, no entanto, teve seus custos — em particular na conta dos juros, do câmbio, dos impostos e da dívida pública. A política monetária não se completaram os ajustes fiscais necessários para manter a inflação sob controle sem precisar recorrer aos altos juros. Também se ficou devendo a reorganização das despesas do Estado, de modo que tenha fim a asfixia tributária. São tarefas que o segundo mandato precisará cumprir, caso Lula queira deixar um legado mais notável na economia.

Tais convicções não eximem a autoridade monetária por eventuais falhas cometidas.

A aceleração da

economia depende

de maior arrojo, mas

não dispensa um

ajuste fiscal severo

das. Apesar dos méritos, o Banco Central perdeu pelo menos duas grandes janelas de oportunidade para uma maior redução dos juros — em 2003 e 2005. Enxergou fantasmas inflacionários inexistentes e turvou uma clara possibilidade de crescimento do país.

Com todos os riscos aí embutidos, os recados do ministro Tarso Genro (para quem acabou a "era Palocci"), traduzem o incômodo com a prudência excessiva e ressaltam a importância de se empurrar o Brasil para melhores taxas de crescimento. Expressam também uma frustração com a incapacidade das forças políticas do país de acertarem um ajuste fiscal de longo prazo.

O ponto a sublinhar é que a aceleração econômica depende de maior arrojo, mas não dispensa um ajuste fiscal severo. Seria ingenuidade econômica e esperteza política imaginar que uma condição substitui a outra. Que o segundo governo Lula saiba conjugar ambas.